

Enfrentar a “crise” com a força de uma mobilização à altura da gravidade do momento

- **Suspensão das carreiras dos servidores docentes e técnico-administrativos;**
- **Interrupção da contratação de servidores docentes e técnico-administrativos;**
 - **Aumento da carga horária didática para docentes;**
- **Congelamento de verbas de custeio para as unidades universitárias;**
 - **Congelamento das verbas destinadas à permanência estudantil;**
 - **Queda de recursos para projetos de melhoria da graduação;**
- **Reajuste zero e quebra da isonomia entre as três universidades públicas paulistas;**
- **Repressão aos movimentos em defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada;**
 - **Sobrecarga de trabalho para todos;**
 - **Iminência de colapso em todas as atividades da Unesp;**
- **Discurso reitoral justificando esta situação como decorrente de ausência de recursos.**

Trata-se de um cenário catastrófico construído pela histórica subserviência dos reitores da Unesp, e das outras universidades, às políticas implantadas pelos sucessivos governos do Estado de São Paulo, e precipitado pela atual crise financeira que assola o país, cujas consequências produziram uma expressiva diminuição da arrecadação de ICMS.

Embora as peças orçamentárias das universidades – e, em especial, da Unesp – não nos permitam um conhecimento detalhado e preciso dos caminhos percorridos pelos recursos públicos em seu interior, é importante que se reconheça que o Fórum das Seis (F6) vem reclamando mais recursos públicos para as nossas universidades desde 1988, quando nos foi concedida a autonomia. Naquela ocasião, o reitor da Unicamp, o Professor Paulo Renato, havia calculado que, nos últimos três anos que antecederam o decreto de autonomia, as três universidades recebiam um montante de recursos correspondente a cerca de 11,6% do ICMS arrecadado no Estado.

Com a autonomia, passamos a receber 8,4% do ICMS. Em 1990, com muita luta e pressão sobre o governo estadual e a Assembleia Legislativa, con-

seguimos elevar a dotação orçamentária para 9% do ICMS; e em 1995 para os atuais 9,57%.

Nos anos 2000, todas essas universidades criaram novos campi e inúmeros cursos, com a promessa de recursos perenes para sustentá-los, que até hoje não vieram. E aí chegamos onde chegamos, neste ano de 2016, com reajuste zero e com uma grande aceleração do processo de destruição das universidades públicas paulistas, e da Unesp em particular.

Os três segmentos reagiram com mobilizações e decretação de greves pela reabertura de negociações entre o F6 e o Cruesp, por um reajuste salarial digno, pela isonomia, por mais recursos para a permanência estudantil, pelo aumento da dotação orçamentária para as três universidades públicas paulistas. Mas, diante dos imensos problemas que nos afligem, e da intransigência dos reitores, da incompreensão e da subserviência da Assembleia Legislativa ao atual governador, o que conseguimos até agora é ainda muito pouco:

1) O reitor da Unesp comprometeu-se a rever os casos de interdito proibitório decretados con-

tra os estudantes em vários *campi*, a reunir-se o mais breve “possível” com a Adunesp e o Sintunesp para tratar de questões específicas da nossa Universidade, mas, no que diz respeito a salário e isonomia, só conversa conosco em setembro;

2) O reitor da Unicamp, presidente do Cruesp, assumiu compromisso de agendar uma reunião entre Cruesp e F6 na primeira semana de agosto, e a defender, juntamente com o reitor da Unesp, a realização de reunião conjunta F6-Cruesp-Governo estadual, na tentativa de estabelecer caminhos para a busca de mais recursos para as universidades.

De fato, até o presente momento, temos apenas promessas feitas por interlocutores, que se notabilizaram por não cumprir promessas, nada mais. Para além disso, estamos imersos numa conjuntura política nacional perversa, explicitando uma firme disposição de rebaixar, e muitas vezes extinguir, direitos sociais, e temos sido alvo de duros ataques da mídia conservadora que propala um discurso privatizante.

Diante da possibilidade real de colapso total do sistema público de ensino superior paulista e da conjuntura adversa que estamos vivendo, é urgente e necessário que avancemos na luta pela preservação das nossas universidades.

Por isso tudo, o início do segundo semestre de 2016, especialmente a primeira semana do mês de agosto, se caracteriza como um momento extrema-

mente crítico e delicado para nós. São dias decisivos para o nosso movimento: o reitor da Unesp volta de suas férias e teremos oportunidade de cobrar dele o compromisso assumido de se reunir com a Adunesp e o Sintunesp para tratarmos, entre outras coisas, da questão da isonomia; ainda no início da semana, o reitor da Unicamp (presidente do Cruesp) deve confirmar, ou não, a realização de uma reunião entre o F6 e o Cruesp.

Ou deciframos o enigma dos ataques à universidade pública, laica, de qualidade e socialmente referenciada, ou ela será devorada pela onda neoliberal que assola o país. Ou enfrentamos a “crise” com a força de uma mobilização à altura da gravidade do momento, e revertemos o desastre iminente, ou teremos que nos conformar em trabalhar mais e receber menos pelo trabalho realizado, em viver uma universidade incapaz de produzir conhecimento relevante, que oferecerá uma graduação rebaixada para nossos estudantes, cobrando mensalidade deles, nos conformando com a prestação de serviços irrelevantes para a sociedade, e com a venda do nosso trabalho dentro de uma instituição pública privatizada servindo ao interesse de poucos, em detrimento da maioria da população do Estado de São Paulo.

Precisamos da força coletiva da comunidade para superarmos esse momento e descortinarmos um estágio superior de desenvolvimento da nossa universidade, reafirmando seu caráter público, gratuito, laico, republicano, socialmente referenciado e inclusivo, democrático e participativo.

